

**ANEXO BB**  
**MINUTA DE TERMO DE CONTRATO DE SERVIÇOS ANESTESIOLÓGICOS**



MINISTÉRIO DA DEFESA – EXÉRCITO BRASILEIRO  
COMANDO MILITAR DO NORDESTE – 10ª REGIÃO MILITAR  
2º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO  
POSTO MÉDICO DE GUARNIÇÃO DE TERESINA

**CONVENIENTE:** UNIÃO / MINISTÉRIO DA DEFESA / EXÉRCITO BRASILEIRO / 2º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO (2º BEC)

**CONVENIADO:** \_\_\_\_\_.

**Objeto:** Prestação de serviços de anestesiologia

**Natureza:** Ostensiva.

**Vigência:** 1 (um) ano (período de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_).

**Valor Estimado (R\$):** 000.000,00 ( \_\_\_\_\_ ).

**Regime de Execução:** indireta, empreitada por preço unitário.

**CONVÊNIO nº:** \_\_\_\_\_-FuSEx/2º BEC, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

A União, entidade de direito público interno, por intermédio do **2º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO**, Organização Militar do Ministério da Defesa - Exército Brasileiro, com sede na Av. Frei Serafim, 2833, Centro, CEP 64000-550, nesta cidade, inscrito no **CNPJ/MF** sob o nº **07.549.168/0001-08** (UG Primária) e **07.549.168/0002-80** (UG Secundária), representada neste ato pelo seu **Comandante e Ordenador de Despesas, MARCELO PEREIRA LIMA DE CARVALHO, Coronel**, Identidade nº **025.451.903-6/EB**, CPF nº **981.073.997-49**, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **CONVENIENTE**, e de outro lado o **Organização Civil de Saúde** \_\_\_\_\_, inscrita no **CNPJ** sob o nº \_\_\_\_\_, estabelecida à Rua (Av.) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(a) seu(ua) **Diretor(a) Administrativo(a)**, Identidade nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, domiciliado à Rua (Av.) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, doravante denominado **CONVENIADO**, têm entre si justo e CONVENIADO, nos termos da seguinte legislação infraconstitucional: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986; Decreto nº 92.512, de 2 de abril de 1986; Portaria Ministerial nº 258, de 22 de abril de 1992 (IG 10-48); Portaria Ministerial nº 305, de 7 de junho de 1995 (IG 12-02); Portaria nº 515-Cmt Ex, de 11 de outubro de 2001 (IG 12-04); Portaria nº 653-Cmt Ex, de 30 de agosto de 2005 (IG 30-32); Portaria nº 48-DGP, de 28 de fevereiro de 2008 (IR 30-38); Portaria nº 878-Cmt Ex, de 28 de novembro de 2006 (IG 30-16); Portaria nº 281-DGP, de 12 de dezembro de 2007 (IR 30-56); Portaria nº 422-Cmt Ex, de 19 de junho de 2008 (IG 30-18); Portaria nº 117-DGP, de 19 de maio de 2008 (IR 30-57); Portaria nº 396-Cmt Ex, de 16 de junho de 2008; Portaria nº 727-Cmt Ex, de 8 de outubro de 2007; Portaria nº 2.048, de 5 de novembro de 2008, do Ministério da Saúde; Portaria nº 544-MARE, de 26 de fevereiro de 1996; Instrução Normativa nº 05-MARE, de 21 de julho de 1995; Instrução Normativa nº 02-SLTI/MPOG, de 11 de outubro de 2010; Instrução Normativa nº 02-SLTI/MPOG, de 16 de agosto de 2011; Instrução Normativa nº 02-SLTI/MPOG, de 30 de abril de 2008, RDC nº 57, de 2010, da ANVISA e demais legislações vigentes que tratam do assunto, que integram o presente Termo de Convênio, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições estipuladas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto**

**1.** A finalidade deste Contrato é garantir aos militares da ativa, da reserva ou reformados, pensionistas e seus dependentes e Servidores Cíveis do Exército Brasileiro (ativos e inativos) e dependentes diretos e indiretos, nas condições especificadas neste instrumento e no edital, por intermédio de Hospitais e Clínicas Médicas Especializadas, Hospitais Gerais e Hospitais de Referência, com pronto atendimento de Emergência/Urgência em regime de 24 horas diárias, e atendimento em procedimentos eletivos.

**1.1** - O objeto contratual abrange os seguintes procedimentos: serviços de anestésias em geral; e consultas ambulatoriais para emissão de parecer em avaliação pré-cirúrgica solicitada por médico cirurgião.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - Da vinculação ao Edital de Credenciamento**

**1.** Este contrato está vinculado ao Edital de Credenciamento nº 001/2015-FUSEx/2º BEC, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, do qual é parte integrante, bem como seus anexos, para efeito de normas e regras contratuais.

**1.1** - A apresentação do paciente nas instalações do CONTRATADO correrá por conta do beneficiário.

**1.2** - O CONTRATADO fornecerá o material necessário para a execução do contrato, com observância das regras postas no Edital de Credenciamento e neste instrumento de Contrato.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – Do fundamento legal**

**1.** A presente contratação fundamenta-se no art. 25, caput, da Lei nº 8.666/1993 – inexigibilidade de licitação.

## **CLÁUSULA QUARTA - Do regime de execução**

**1.** Para atendimentos ambulatoriais e/ou procedimentos eletivos, a apresentação do paciente nas instalações do CONTRATADO correrá por conta do beneficiário, com base na Guia de Encaminhamento emitida pelo FUSEx/2º BEC.

**2.** O presente CONTRATO DE CREDENCIAMENTO deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas neste Contrato, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme previsto no “caput” do Artigo 66, da Lei nº 8.666/93.

**3.** A execução e o controle deste instrumento legal deverão ser acompanhados e fiscalizados por um agente da CONTRATANTE, especialmente designado, sendo permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição, conforme prescreve o art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

**4.** Os serviços objeto deste CONTRATO DE CREDENCIAMENTO serão prestados diretamente por profissional Cooperado da própria CONTRATADA.

**5.** A CONTRATANTE não se responsabilizará por serviços ou despesas extraordinárias não ligadas ao prescrito na Guia de Encaminhamento ou não cobertos pelo sistema FUSEx/PASS. Caberá a CONTRATADA advertir o interessado, **por escrito**, de que as despesas por tais serviços correrão integralmente por conta do usuário ou de seu responsável e que o pagamento deverá ser efetuado diretamente à CONTRATADA.

**6.** O atendimento eletivo, previsto no objeto deste contrato, somente poderá ser prestado ao usuário quando o mesmo for encaminhado por médico FUSEx/2º BEC, através da Guia de Encaminhamento e identificando-se conforme descrito na **Cláusula Quinta** deste Contrato.

**7.** Nos atendimentos eletivos previstos no **item 6**, a Guia de Encaminhamento emitida pela CONTRATANTE será entregue a CONTRATADA, em seu endereço situado na Rua Samuel de Carvalho, nº. 1804, Jóquei – Teresina-PI, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da execução do procedimento anestésico, formalizando a obrigação da prestação do serviço pela CONTRATADA.

**8.** A CONTRATANTE anexará à Guia de Encaminhamento, o pedido de Serviço da Coopanest, o procedimento, os dados do médico cirurgião e da OCS em que se realizará o procedimento. Essas informações deverão ser utilizadas pela CONTRATADA, para cumprir o que é previsto nos **itens 6 e 7**.

**9.** Os procedimentos médicos anestésicos que ocorrerem durante atendimentos eletivos, e que não foram autorizados por Guia de Encaminhamento, deverão ser tratados como procedimentos de urgência ou emergência, devendo, para fins de pagamento, nestes casos, ser observado o que prevê este CONTRATO DE CREDENCIAMENTO para atendimentos de urgência ou emergência.

**10.** Os casos de urgência ou emergência atendidos, e que não foram autorizados através de “Guia de Encaminhamento”, serão avaliados para fim da comprovação da urgência ou emergência, pelo(a) médico(a) auditor(a) da CONTRATANTE, com base na documentação existente no prontuário do paciente atendido.

**11.** Por ocasião dos atendimentos de urgência ou emergência previstos no objeto deste contrato, a CONTRATADA é responsável por criar meios junto aos seus médicos anestesistas cooperados, para que os mesmos lhe repassem as informações e os documentos necessários sobre os atendimentos de urgência ou emergência, viabilizando assim, a realização do que prevê o item 16 e, consequentemente, o pagamento relativo a estes atendimentos.

**12.** Somente quando comprovada a urgência/emergência o atendimento será efetivado, sem a Guia de Encaminhamento. Neste caso, a CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE, no prazo máximo de **até 5 (cinco) dias úteis**, a contar da data da ocorrência do atendimento de urgência ou emergência os seguintes dados: o nome completo do beneficiário do Sistema FUSEx/PASS atendido, o PREC/CP (se beneficiário do FUSEx), ou número de matrícula (se beneficiário da PASS – Servidor Civil), para que seja emitida a Guia de Encaminhamento correspondente.

**13.** A CONTRATADA deverá encaminhar à CONTRATANTE, no início de cada semana subsequente aos atendimentos de Urgência e/ou Emergência, as informações relativas aos mesmos, através de Boletim de Atendimentos de Urgência e/ou Emergência, **conforme modelo Anexo "A"**, que deverá ser protocolado na Seção de Emissão de Guias do FUSEx/2º BEC, para que sejam emitidas, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, as Guias de Encaminhamento relativas a estes atendimentos em favor da CONTRATADA, quando em conformidade com os **itens 9 a 12**.

**14.** A CONTRATADA fica obrigada a informar por escrito a CONTRANTE, no Setor de Auditoria e Lisura do FUSEx, o falecimento de qualquer usuário que tenha sido submetido à procedimento anestésico sob sua responsabilidade, no prazo máximo de até 2 (dois) dias úteis, a fim de não inviabilizar o pagamento dos serviços prestados pela CONTRATADA no atendimento feito a esses usuários falecidos em caso de não cumprimento desta Cláusula.

**14.1** - Os casos de urgência ou emergência atendidos sem necessidade de hospitalização, e que não foram acompanhados por médico militar, serão avaliados para fim de comprovação, com base no **Boletim de Urgência/Emergência** preenchido pelo médico atendente da CONTRATADA. A identificação prévia do usuário, por ocasião de um atendimento de urgência ou emergência, será feita conforme previsto na Cláusula Quinta.

**14.2** - Caso o médico Auditor do FUSEx comprove que o caso não era de urgência ou emergência, a CONTRATANTE fará a rejeição do pagamento das despesas realizadas, devendo o acerto de contas ser realizado diretamente entre o paciente ou seu responsável e a CONTRATADA.

**15.** A CONTRATADA fica obrigada, nos termos desta Cláusula, a permitir que a CONTRATANTE, ou seu responsável legal, verifique a qualquer dia e hora, durante a vigência deste CONTRATO, a qualidade das instalações, dos serviços e dos atendimentos expressos nas cláusulas deste Termo de Contrato.

**16.** Os beneficiários do FUSEx e seus dependentes diretos deverão ser encaminhados pelo FUSEx/2º BEC, portando a Guia de Encaminhamento (GE) e serão identificados da seguinte forma:

**16.1** - Os beneficiários do FUSEx e seus dependentes deverão apresentar o Cartão de Beneficiário juntamente com a carteira de identidade;

**16.2** - Quando o beneficiário não possuir o respectivo cartão deverá apresentar, no ato do atendimento, a Declaração Provisória de Beneficiário do FUSEx, fornecida pela Unidade Militar de Vinculação (UV), acompanhada da carteira de identidade militar ou, caso não possua, outro documento de identificação próprio (carteira de identidade, certidão de nascimento ou outro documento que o identifique).

**16.3** - Os beneficiários da PASS, servidores civis do Exército Brasileiro e seus dependentes diretos, deverão ser encaminhados pelo FUSEx/2º BEC, portando a Guia de Encaminhamento e deverão apresentar o cartão de beneficiário juntamente com a carteira de identidade;

**17.** Nos casos de emergência ou de comprovada urgência, o atendimento será imediato, sem necessidade de apresentação de Guia de Encaminhamento, mediante a identificação do beneficiário socorrido, na forma expressa nos **subitens 16.1 a 16.3**. Esse fato deverá ser comunicado por parte do CONTRATADO e do usuário ou seu responsável legal, em no máximo 2 (dois) dias úteis, a contar da data da ocorrência, mediante o fornecimento dos elementos necessários para comprovação da emergência ou da urgência, para fim de controle e providências administrativas por parte do Serviço de Auditoria do FUSEx.

**17.1** - O FUSEx/PASS não se responsabilizará ou ressarcirá as despesas, caso não seja comprovada a urgência e (ou) a emergência ou não tenham sido cumpridas as providências acima previstas;

**18.** A execução deste contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE, designado em Boletim Interno do 2º BEC. O CONTRATADO manterá um preposto, aceito por parte da Administração, no local do serviço, para representá-lo.

**19.** O Serviço de Auditoria do Posto FUSEx/2º BEC possuirá o poder de vistoriar, de forma irrestrita, toda a documentação nosológica do beneficiário, bem como a documentação contábil e fiscal pertinente a este contrato.

**20.** A CONTRATANTE somente se responsabilizará por atendimento de urgência ou emergência devidamente comprovado, mediante o preenchimento do Boletim de Urgência/Emergência, por médico atendente da CONTRATADA, conforme modelo do **Anexo IV**, Termo de Contrato.

**21.** Junto com a fatura deverá ser apresentado ao FUSEx/2º BEC, cópias dos seguintes documentos relativos ao procedimento autorizado com a Guia de Encaminhamento eletivo: cópia do Boletim de Anestesia e Relatório de Descrição Cirúrgica.

**22.** Quando o serviço prestado se tratar de Urgência ou Emergência, os documentos que deverão ser apresentados ao FUSEx são os seguintes: cópia do Boletim de Atendimento de Urgência, Boletim de Anestesia e Relatório de Descrição Cirúrgica.

## **CLÁUSULA QUINTA - Dos preços e das condições de pagamento**

**1.** Os serviços médicos na parte de **anestesiologia** serão remunerados com base nos portes constantes na Tabela de Classificação Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM), 5ª Edição/2008, com valoração constante no Anexo "L".

**2.** As regras e orientações dos serviços médicos na parte de anestesiologia serão com base na Tabela de Classificação Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM), 5ª Edição/2008.

**2.1 Os procedimentos serão pagos com base na Tabela de Classificação Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM), 5ª Edição/2008. Os honorários dos profissionais anestesistas não são parte integrante dos pacotes acordados diretamente com as OCS.**

**3.** A tabela de valoração dos portes anestésicos fica constituída da seguinte forma:

ENFERMARIA			APARTAMENTO		
PORTE ANESTÉSICO	PORTE CBHPM	VALOR (R\$)	PORTE ANESTÉSICO	PORTE CBHPM	VALOR (R\$)
1	3A	185,32	1	3A	247,10
2	3C	271,24	2	3C	361,66
3	4C	399,24	3	4C	532,32
4	6B	590,26	4	6B	787,02
5	7C	913,05	5	7C	1.217,40
6	9B	1.274,11	6	9B	1.698,82
7	10C	1.812,76	7	10C	2.417,02
8	12A	2.391,55	8	12A	3.188,74
CONSULTA PRÉ-ANESTÉSICA.....					85,84
Assistência Especializada ao Paciente com dor.....					150,00

**4.** O CONTRATANTE realizará a aferição dos orçamentos e das faturas, especialmente quanto à adequação do custo ao preço de mercado, por meio de seu serviço de Auditoria Médica, conforme o procedimento previsto no contrato.

**5.** É vedado ao CONTRATADO cobrar diretamente do beneficiário do FUSEx//PASS qualquer importância a título de taxas, honorários ou serviços prestados, inclusive depósitos prévios, além dos constantes das Tabelas acima pactuadas, salvo o direito do beneficiário do FUSEx//PASS de optar por melhoria de padrão de acomodação hospitalar para si ou para seus dependentes, quando internados em OCS.

**5.1** - Neste caso, a diferença de honorários médicos e de despesas hospitalares referentes a esta opção será paga, integralmente, diretamente pelo titular junto ao prestador;

**5.2** - Ao fazer esta opção, o beneficiário deverá assinar, em conjunto com o responsável pela OCS, o Termo de Ajuste Prévio – anexo aos termos de contrato, tanto referente à melhoria do padrão de acomodação, quanto com o médico assistente ou odontólogo, que também assinará o termo.

**6.** O pagamento à contratada será precedido de consulta quanto à regularidade fiscal da mesma.

**7.** Os pagamentos serão efetuados mediante Ordem Bancária, em favor do CONTRATADO, na Conta Corrente, Agência e Banco informados, após a apresentação de Nota Fiscal dos serviços e da execução do serviço de lisura nas faturas devidamente discriminadas. Deverá constar no corpo das respectivas faturas o período de competência do faturamento, sem sobreposição dos dias entre o final de um período e o início do próximo.

**8.** A Nota Fiscal correspondente à prestação do serviço prestado deverá ser emitida em nome da **2º Batalhão de Engenharia de Construção**, órgão do Ministério da Defesa - Exército Brasileiro, **com sede na Av. Frei Serafim, 2833, CEP 64000-020**, inscrito no CNPJ/MF para UG primária sob o CNPJ nº **07.549.168/0001-08** (Matriz) e para UG secundária CNPJ nº **07.549.168/0002-80** (Filial), da qual deverá constar o número da Nota de Empenho correspondente e os dados bancários do

CONTRATADO, para crédito em conta corrente do valor devido, assim como a **discriminação detalhada dos serviços cobrados**.

**9.** O CONTRATANTE efetuará o pagamento das faturas apresentadas nas condições prescritas, no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias, contados da data de protocolo das mesmas na sede do FUSEx / 2º Batalhão de Engenharia de Construção e após a aferição da respectiva lisura e geração do mapa dos valores auditados.

**10.** Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de compensação financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

$$I = \text{Índice de compensação financeira;}$$

$$TX = \text{Percentual da taxa de juros de mora anual;}$$

$$EM = \text{Encargos moratórios;}$$

$$N = \text{Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;}$$

$$VP = \text{Valor da parcela em atraso.}$$

**11.** Os valores vigentes na data do atendimento e dos serviços prestados serão os considerados para a quitação das faturas.

**12.** Sobre o valor devido ao CONTRATADO, a Administração efetuará a retenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep, conforme disposto na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 480, de 15 de dezembro de 2004.

**13.** Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

**14.** O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**15.** O CONTRATANTE realizará a aferição das faturas, por meio do Setor de Auditoria e Lisura do FUSEx/2º BEC, e o pagamento das despesas constantes das notas fiscais, na medida em que estas forem apresentadas, sendo vedada a acumulação das mesmas para providências posteriores, sem motivos justificados.

**16.** Toda situação anormal, que impossibilite ou prejudique o pagamento das despesas, será imediatamente informada ao CONTRATADO.

**16.1** - A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas por parte do CONTRATADO.

**16.1.1** - O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao contratado será precedido de processo administrativo em que será garantido o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

**17.** É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

**18.** O CONTRATANTE somente indenizará as contas apresentadas, quando o usuário tenha sido encaminhando por parte do FUSEx/2º Batalhão de Engenharia de Construção, acompanhado da Guia de Encaminhamento, com a assinatura do beneficiário ou de seu responsável que comprove a prestação do serviço.

**18.1** - No caso de comprovada urgência e/ou emergência o beneficiário poderá ser atendido independentemente de encaminhamento, porém esta ocorrência deverá ser informada ao FUSEx, no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

**19.** Procedimentos não especificados na(s) Guia(s) de Encaminhamento e os não cobertos não serão ressarcidos por parte do CONTRATANTE.

**20.** O CONTRATADO se obriga a apresentar ao CONTRATANTE, no Setor de Entrada de Faturas e Emissão de Guias do FUSEx, a fatura, em 1 (uma) via de igual teor, em nome do 2º Batalhão de Engenharia de Construção, Unidade Gestora do Fundo de Saúde do Exército, anexando os seguintes documentos:

**20.1** – Para procedimentos eletivos:

**20.1.1** – Guia de Encaminhamento, Pedido de Serviço de Anestesiologista, Boletim de Anestesia e Relatório de Descrição Cirúrgica.

**20.2** – Para procedimentos de Urgência ou Emergência:

**20.2.1** – Boletim de Atendimento de Urgência (cópia), Guia de Encaminhamento, Pedido de Serviço de Anestesiologista, Boletim de Anestesia e Relatório de Descrição cirúrgica;

**20.3** – Quando houver mudança ou acréscimo de Procedimento, com relação à Guia de Encaminhamento, uma cópia da Solicitação de Mudança ou Acréscimo de Procedimento, com justificativa técnica do Médico assistente contendo a autorização do Médico Auditor do FUSEx, deverá ser anexada à fatura.

**20.4** – Comunico, ainda, que uma cópia da GE emitida para essa COOPANEST também foi anexada à GE emitida para a OCS que realizará o procedimento.

**20.5** – Cabe à COOPANEST fazer a coleta da documentação comprobatória nas OCS e junta-la ao processo da fatura (conta) **no prazo de até 21 (vinte um dia) dias úteis**, contados da data da execução do procedimento.

**20.6** - O CONTRATANTE não será responsabilizado pelo atraso nos pagamentos que sejam decorrentes da apresentação das faturas ou outros documentos fora dos prazos estipulados e com vícios formais que ensejem glosa;

**20.7** - O CONTRATADO deverá apresentar, separadamente, as faturas de despesas dos beneficiários do FUSEx, por categoria:

**20.7.1** – FUSEx;

**20.7.2** - Boletim de Urgência/FUSEx;

**20.7.3** – Conta de Internados/FUSEx;

**20.7.4** - Fator de Custo;

**20.7.5** - Boletim de Urgência/Fator de Custo;

**20.7.6** – PASS;

**20.7.7** - Boletim de Urgência/PASS e

**20.7.8** - Conta de Internação/PASS.

**21.** O CONTRATANTE glosará, total ou parcialmente, mediante motivação, a remuneração pelos serviços prestados especificados nas faturas que não estiverem de acordo com este contrato ou o edital.

**21.1** - O Setor de Auditoria do FUSEx/2º BEC possuirá o prazo de 20 dias, contados a partir da data da entrada da fatura no protocolo do referido setor;

**21.2** - O CONTRATADO poderá interpor representação, nos termos do art. 109, II, da Lei nº 8.666/1993, contra a decisão da glosa, constantes das faturas, conforme o **Índice de Glosa do Anexo L** deste contrato, dentro do prazo de até 5 (cinco) dias;

**21.2.1** - Caso o Setor de Auditoria do FUSEx/2º BEC reconsidere sua decisão, o processamento para o pagamento prosseguirá seu curso;

**22.** A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas por parte do CONTRATADO.

**22.1** - O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao contratado será precedido de processo administrativo em que será garantido o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

**23.** É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes deste contrato.

## **CLÁUSULA SEXTA – Do reajuste**

**1.** Em caso de prorrogação do presente Contrato, este ato formal se dará durante o mês de dezembro do ano “A”, para entrar em vigor a partir do dia 1º do mês de janeiro do ano “A+1”

**2.** Em caso de prorrogação do presente Contrato, a cada período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do Edital que serviu de fundamento à presente contratação, a Administração promoverá, mediante simples apostila, o reajuste dos valores a serem pagos ao CONTRATADO, segundo as regras abaixo, sempre com vigência a partir do mês de janeiro do ano “A+1”.

**2.1** - Os valores de hotelaria e pacotes deverão ser reajustados de acordo com a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), calculado a partir da data da publicação do Edital, para o primeiro reajuste, e da data de início de vigência do reajuste anterior, nos reajustes subsequentes.

**2.1.1** - O IPCA/IBGE a ser aplicado nos reajustes será aquele publicado pela Receita Federal referente ao ano "A-1", considerando como ano "A" aquele relativo ao mês dezembro de referência para a formalização do ato de prorrogação do contrato.

**2.2** - A Tabela Referencial de Procedimentos Hospitalares do FUSEx/2º BEC, para contratos ou credenciamentos - **Anexo "L"** deste Edital, será reajustada, no que couber, de acordo com a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado a partir da data da publicação do Edital, para o primeiro reajuste, e da data de início de vigência do reajuste anterior, nos reajustes subsequentes.

**2.3** - Caso o fator de atualização citado nos itens acima seja extinto, passará a vigorar aquele que for determinado pelo Governo Federal em sua substituição.

**2.4** - Os valores reajustados entrarão em vigor no dia imediatamente posterior ao transcurso de 12 meses, contados da publicação da publicação do Edital, para o primeiro reajuste, e da data de início de vigência do reajuste anterior, nos reajustes subsequentes.

**2.5** - Enquanto durar o processo de negociação de reajuste de preços não cabe à CONTRATADA o direito de suspender o atendimento aos beneficiários da CONTRATANTE.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – Da vigência**

- 1.** O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, até 31 de dezembro de 2016.
- 2.** O CONTRATADO dará início aos serviços no dia 1º de janeiro de 2016 ou na data da assinatura do Termo de Credenciamento, caso este ato ocorra durante o ano de 2016.
- 3.** O presente contrato poderá ser prorrogado, mediante a celebração de termo aditivo, por prazos iguais e sucessivos de até 12 meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, contados da data da publicação do Edital que lhe serve de fundamento, desde que a vigência do referido Edital seja prorrogada por período equivalente.
- 4.** O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos, na imprensa oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no Art. 26 da Lei nº 8.666/1993.

### **CLÁUSULA OITAVA – Da dotação orçamentária**

**1.** Para OCS: Orçamento Geral da União, Recursos da Gestão 00001, Fonte de Recursos 0250270037-0250270013-01000000000, Programa de Trabalho Resumido 045161-045162-045098-045101-045100, Natureza da Despesa 339039 e Plano Interno D1SACIVOCSA-D1SAFUSOCSA-D8AFCTOCSA.

**1.1** - A despesa será empenhada à conta do crédito acima consignado, por meio de nota de empenho.

### **CLÁUSULA NONA – Da responsabilidade civil**

- 1.** A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste instrumento contratual não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO.
- 2.** A responsabilidade a que se refere a presente Cláusula estende-se à reparação de dano eventual de instalações, equipamentos e/ou aparelhagens, essenciais à prestação dos serviços que compõem o objeto deste Contrato.
- 3.** O CONTRATADO será responsável, civil e penalmente, pelos danos causados aos pacientes, por terceiros vinculados, decorrentes de omissão, voluntária ou não, negligência, imperícia ou imprudência.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – Das sanções**

**1.** Pelo atraso injustificado na execução das obrigações decorrentes do contrato, o CONTRATADO estará sujeito à multa de 1% (um por cento) última fatura paga o(a) contratado(a), por dia de atraso, aplicada na forma prevista no art. 86 da Lei nº 8.666/1993.

**1.1** - A multa acima não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no edital.

**2.** O descumprimento das obrigações contratuais, inclusive sua inexecução, total ou parcial, e/ou das condições previstas no edital e neste contrato sujeitará o CONTRATADO, na forma do disposto no art. 87-da Lei nº 8.666/1993, às seguintes penalidades:

## **2.1 – Glosas (Total ou Parcial);**

**2.1.1 –** A penalidade de glosa será aplicada, exclusivamente, pelo Serviço de Auditoria do FUSEx/2º BEC e utilizada para impugnação parcial ou total de valores relativos aos serviços prestados pela CONTRATADA e será aplicada nas seguintes condições e formas:

**2.1.1.1 –** Glosa Administrativa: aplicada quando da evidência, pelo auditor, do não cumprimento de parâmetros administrativos estabelecidos para a cobrança de serviços, tais como: ausência de assinatura do assistido na guia de cobrança; ausência de assinatura e carimbo do profissional que realizou o atendimento, rasuras; ausência de preenchimento de campos obrigatório das guias.

**2.1.1.2 –** Glosa Técnica: aplicada quando da ocorrência de cobranças indevidas dos itens que compõem as faturas apresentadas.

## **2.2 - Advertência;**

**2.3 -** Em caso de inexecução parcial, multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da última fatura paga o(a) contratado(a), até o limite de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da última fatura paga o(a) contratado(a);

**2.4 -** Em caso de inexecução total, multa compensatória de 100% (cem por cento) sobre o valor da última fatura paga o(a) contratado(a);

**2.5 -** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e,

**2.6 -** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a ser concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

**3.** As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão também ser aplicadas às pessoas jurídicas ou físicas que, em razão dos contratos regidos pela Lei nº 8.666/1993:

**3.1 -** Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**3.2 -** Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos do credenciamento;

**3.3 -** Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**4.** As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

**5.** A multa será descontada da garantia do contrato e de pagamentos eventualmente devidos pela administração ou cobrada judicialmente.

**6.** As sanções previstas nos **subitens 2.1, 2.4 e 2.5** poderão ser aplicadas juntamente com a dos **subitens 2.2 e 2.3**, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**7.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do Ministro de Estado da Defesa, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

**8.** As demais sanções são de competência exclusiva do Ministro da Defesa.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da rescisão**

**1.** O presente contrato poderá ser rescindido nos casos de inexecução total ou parcial, na incidência dos motivos citados no art. 78 da Lei nº 8.666/1993, conforme abaixo descrito:

**1.1 -** Determinado por ato unilateral e motivado da Administração, nos seguintes casos:

**1.1.1 -** Não cumprimento ou cumprimento irregular dos prazos, cláusulas e serviços Contratados;

**1.1.2 -** Interrupção dos trabalhos por parte do CONTRATADO, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

**1.1.3 -** Atraso injustificado no início dos serviços;

**1.1.4 -** A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do CONTRATADO com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste edital e no contrato;



**1.1.5** - Não atendimento das determinações regulares emanadas da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução deste instrumento, assim como das de seus superiores;

**1.1.6** - Cometimento reiterado de faltas na execução dos serviços, anotadas na forma do § 1º do art. 67, da Lei nº 8.666/1993;

**1.1.7** - A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil, bem como a dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADO;

**1.1.8** - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da pessoa jurídica, que prejudique a execução do contrato;

**1.1.9** - Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

**1.1.10** - Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do contrato; e,

**1.1.11** - Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

**1.2** - Por acordo entre as partes, reduzida a termo no procedimento de credenciamento, desde que haja conveniência para a Administração e não prejudique a saúde dos beneficiários do FUSEx/PASS, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

**1.2.1** - Estando em processo de apuração de irregularidades na prestação de seus serviços, o CONTRATADO não poderá solicitar a rescisão, enquanto não concluído o processo de apuração.

**1.3** - Por rescisão judicial promovida por parte do CONTRATADO, se a Administração incidir em quaisquer das seguintes hipóteses:

**1.3.1** - A supressão, por parte da Administração de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993;

**1.3.2** - A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao CONTRATADO, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação; e

**1.3.3** - O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de serviços, ou parcelas destes, recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

**2.** A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, observado o devido processo legal.

**3.** O 2º Batalhão de Engenharia de Construção poderá, no curso de processo de apuração das hipóteses de rescisão administrativa, interromper temporariamente a execução dos serviços, observado o limite fixado no **subitem 1.3.2**.

**4.** Quando a rescisão ocorrer com base nos **subitens 1.1.9, 1.1.10 e 1.3**, sem que haja culpa do CONTRATADO, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados, tendo direito a:

**4.2** - Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

**4.3** - Pagamento do custo da desmobilização.

**5.** A rescisão unilateral por ato da Administração acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato:

**5.1** - Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

**5.2** - Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

**6.** É permitido à Administração, no caso de recuperação judicial do CONTRATADO, manter o ajuste, podendo assumir o controle de determinadas atividades de serviços essenciais.

**7.** Em caso de rescisão, os tratamentos em curso deverão ser concluídos por parte do CONTRATADO, salvo nos casos de expressa manifestação técnica ou administrativa do CONTRATANTE.

**8.** A rescisão não eximirá o CONTRATADO das garantias assumidas em relação aos serviços executados e de outras responsabilidades que legalmente lhe possam ser imputadas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das obrigações do contratante**

**1.** O CONTRATANTE obriga-se a:

**1.1** - Efetuar o pagamento no tempo, lugar e forma estabelecidos neste contrato;

**1.2** - As fases do processamento das despesas médicas deverão ser acompanhadas por parte do órgão executor do FUSEx/PASS, por intermédio de auditorias prévias, concorrentes e a *posteriori*, além da verificação da lisura e inspeções administrativas, conforme estabelece o art. 80 da Portaria nº DGP-48/2008 e 18, § 2º, da Portaria nº DGP-117/2008 (IR 30-57).

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Das obrigações do contratado**

**1.** O CONTRATADO obriga-se a:

**1.1** - Indicar formalmente à Administração os prepostos e/ou responsáveis pela prestação dos serviços, objeto deste contrato;

**1.2** - Manter disponibilidade de mão de obra dentro dos padrões quantitativo e qualitativo suficientes para atender a demanda ordinária, bem como eventuais acréscimos solicitados pela Administração, respeitado as disposições da legislação trabalhista vigente;

**1.3** - Arcar com o custo do fornecimento de uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI) para a mão de obra envolvida, sendo vedado o repasse de tal custo ao CONTRATANTE;

**1.4** - Efetuar a reposição da mão de obra nos serviços, em caráter imediato, em eventual ausência;

**1.5** - Atender de imediato as solicitações relativas à substituição de mão de obra desqualificada ou; entendida por parte da Administração como inadequada para a prestação dos serviços;

**1.6** - Instruir o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Saúde Ocupacional;

**1.7** - Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade nos serviços prestados;

**1.8** - Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais resultantes da execução do contrato, nos termos da legislação aplicável; e,

**1.9** - Manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para habilitação e qualificação constantes do edital.

**1.9.1** - Nesse caso, é vedada a retenção de pagamento se o contratado não incorrer em qualquer inexecução do serviço;

**1.9.2** - A Administração poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.

**1.9.2.1** - Este prazo deverá ser de até 60 (sessenta) dias corridos, podendo ser prorrogado por mais até 30 dias.

**2.** Para as situações em que o beneficiário necessitar de **Atendimento de Emergência Clínica ou Cirúrgica**, a OCS contratada faz o atendimento e/ou executa o procedimento cirúrgico imediatamente, independente de autorização prévia do FUSEx, comunica a ocorrência ao FUSEx e, no **prazo de até 5 (cinco) dias úteis**, envia ao FUSEx o Boletim de Atendimento de Urgência, anexando a este um orçamento das despesas, para fins de emissão da guia (GE).

**3.** As contas dos **pacientes que sofrerem óbito** deverão ser faturadas e entregues no FUSEx no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis**.

**4.** As **demais contas** de outros pacientes decorrentes de Guias Eletivas deverão ser faturadas e entregues no FUSEx no prazo de **até 15 (quinze) dias úteis** depois da execução do atendimento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Das Glosas**

**1.** É reservado à CONTRATANTE, mediante análise técnica e administrativa, o direito de glosa total ou parcial dos procedimentos apresentados em desacordo com as disposições contidas no Edital de Credenciamento e neste Termo de Contrato, de acordo com a legislação aplicável e atos normativos administrativos pertinentes.

**2.** A CONTRATADA disponibilizará a documentação de comprovação dos gastos juntamente com a fatura para o processo de auditoria e lisura de contas médicas a cargo do Serviço de Auditoria do FUSEx/2º BEC.

**3.** A CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar Pedido de Recurso de Glosa, devendo ser feito por escrito e em formulário próprio (recurso de glosa), com a devida justificativa técnica e fundamentada para a revisão dos valores glosados.

4. O recurso de glosa apresentado pela CONTRATADA será julgado e motivado no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento do recurso pela CONTRATANTE, e será concluído com a emissão de parecer.
5. A CONTRATADA somente está autorizada a realizar os procedimentos previamente ajustados em contrato, sob pena de arcar com as despesas advindas desses procedimentos.
6. Nos casos de atendimento de urgência ou emergência, a CONTRATANTE se compromete a arcar com as despesas da consulta inicial com o médico atendente da CONTRATADA, exceto se o atendimento evoluir para internação. As demais despesas referentes aos atendimentos previstos neste subitem, se existirem, serão avaliadas em auditoria concorrente ou a posterior, para efeito de pagamento, conforme o caso.
7. Caso haja divergência entre o código do procedimento previsto e a autorização da CONTRATANTE, deverá a CONTRATADA, neste caso, encaminhar o beneficiário à CONTRATANTE para as correções necessárias na referida guia.
8. São situações que motivarão Glosa por parte da CONTRATANTE, além de outras relacionados na Tabela de Motivos de Glosas (**Anexo L**):
  - 8.1 - Cópia de Guia de Encaminhamento, adulteração, rasura ou uso de corretivo nos documentos comprobatórios;
  - 8.2 - Boletim de Atendimento de Urgência ou Emergência sem a assinatura do paciente atendido ou seu responsável legal;
  - 8.3 - Guia de Encaminhamento em nome de outra CONTRATADA;
  - 8.4 - Guia de Encaminhamento vencida, ou seja, passados mais de 30 (trinta) dias da data de sua emissão até o atendimento;
  - 8.5 - Ausência de Guia de Encaminhamento junto à relação de faturamento apresentada ao FUSEx;
  - 8.6 - Ausência nas faturas do Boletim referentes aos atendimentos de urgência ou emergência;
  - 8.7 - Boletim de Atendimento de Urgência/Emergência com pelo menos um campo não preenchido ou rasurado;
  - 8.8 - Valores de procedimentos em discordância com os pactuados neste contrato;
  - 8.9 - Procedimentos eletivos atendidos sem a Guia de Encaminhamento previamente emitida pelo FUSEx;
  - 8.10 - Atendimento a paciente cujo nome não coincide com o da Guia de Encaminhamento;
  - 8.11 - Guia de Encaminhamento sem o código do procedimento ou cujo código não se refira ao procedimento realizado; e
  - 8.12 - Ausência de assinatura na Guia de Encaminhamento:
    - 8.12.1 - Do beneficiário ou do seu responsável legal ou acompanhante; ou
    - 8.12.2 - Do Médico ou Gestor do FUSEx.
9. Descumprimento de normas administrativas do FUSEx regulando processo de glosa, emitidas ao longo da vigência do Contrato.
10. Descumprimento dos prazos para a apresentação das contas e Boletim de Urgência/Emergência ao FUSEx/2º BEC.
11. Outros motivos de glosas, conforme relacionados no **Anexo L** do Edital de Credenciamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da negação de remuneração a militares**

1. O militar, estando na ativa, não poderá receber remuneração, honorários, complementação destes ou pagamento por serviços profissionais prestados aos beneficiários do FUSEx/PASS atendido sob a regência do presente Termo de Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Da subcontratação**

1. É vedado a entidade contratada, delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços objeto deste Termo de Contrato.

2. Somente poderá ocorrer terceirização parcial dos serviços contratados se a OCS comunicar previamente este fato ao FUSEx, enviando a documentação do órgão terceirizado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Do valor do contrato**

1. O valor global estimado para fazer face às despesas relativas ao objeto deste contrato, abrangendo sua vigência mais as prorrogações máximas caso permitido, terá como base o levantamento estimativo dos encaminhamentos que foram realizados nos últimos doze meses pelo 2º Batalhão de Engenharia de Construção, para Organizações Cíveis de Saúde.

1.1 - O valor estimado deste contrato deverá ser tratado apenas como dado estatístico, fruto da evolução da despesa no período citado, bem como forma de determinar a base de cálculo para aplicação de penalidades previstas neste contrato.

**1.2** - O valor estimado deste contrato não poderá servir de base rígida para a apresentação da Nota Fiscal/Fatura Mensal, já que o total de gastos do mês dependerá dos atendimentos e serviços prestados no respectivo período.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Das acomodações para internação**

**1.** Os padrões de acomodações hospitalares para os beneficiários do FUSEx e seus dependentes serão, de acordo com a disponibilidade, os seguintes:

**1.1** - Para oficiais e seus dependentes:

**1.1.1** – Apartamento.

**1.2** - Para subtenentes e sargentos e seus dependentes:

**1.2.1** – Apartamento.

**1.3** - Para cabos, taifeiros e soldados e seus dependentes.

**1.3.1** – Enfermaria de até seis leitos.

**1.4** - O padrão das acomodações para hospitalização a que os beneficiários da PASS fazem jus é definido pela correlação estabelecida na Portaria Ministerial nº 396, de 2008, da seguinte forma:

**1.4.1** - Servidor Civil da Categoria Funcional de NÍVEL SUPERIOR (3º Grau) no contracheque.

**1.4.1.1** – Apartamento.

**1.4.2** - Servidor Civil da Categoria Funcional de NÍVEL INTERMEDIÁRIO (2º Grau) no contracheque.

**1.4.2.1** – Apartamento.

**1.4.3** - Servidor Civil da categoria funcional de NÍVEL AUXILIAR (1º Grau) no contracheque: Enfermaria.

**1.4.3.1** – Enfermaria (com até seis leitos)

**2.** No caso de indisponibilidade de acomodação compatível com os padrões a que tem direito o beneficiário do FUSEx/PASS, a OCS obrigará-se a instalá-lo em uma acomodação de padrão superior, sem ônus para o beneficiário ou para o FUSEx/PASS.

**3.** É reservado aos beneficiários do FUSEx/PASS o direito de optar por melhoria de padrão de acomodação hospitalar para si ou para seus dependentes. Neste caso, as diferenças de honorários médicos e de despesas hospitalares referentes a esta opção serão pagas integral e diretamente pelo beneficiário ao CONTRATADO, mediante Termo de Ajuste Prévio.

**3.1** - No caso de haver a opção pela melhoria do padrão de acomodação hospitalar, deverá ser assinado, entre o beneficiário, ou servidor civil, e o CONTRATADO, um TERMO DE AJUSTE PRÉVIO, conforme o **Anexo W**.

**3.2** - A opção feita pelo beneficiário, ou servidor civil, da melhoria do padrão de acomodação, por meio do Termo de Ajuste Prévio deverá constar da fatura apresentada pelo CONTRATADO;

**3.3** - O cálculo da diferença de valor do padrão de acomodação hospitalar, livremente escolhida pelo beneficiário ou seu responsável, ou pelo servidor civil, terá como base os valores constantes do - **Anexo "L"** do edital, previamente ajustados neste contrato, considerada a dedução do valor da diária coberta pelo CONTRATANTE;

**3.4** - A complementação de honorários profissionais do médico assistente será cobrada diretamente do beneficiário, ou do Servidor Civil, pelo CONTRATADO, conforme a tabela estabelecida no Anexo L do Edital de Credenciamento.

**4.** Não será reconhecida como modalidade de acomodação para internações dos pacientes o serviço de "Hospital-Dia", sendo coberto para todos os beneficiários deste Termo de Contrato neste caso, a taxa de Sala de Observação, prevista no Anexo L do edital.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Do foro**

1. O foro para dirimir questões relativas ao presente contrato será o do município de Teresina/PI, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
2. E, por estarem justos e contratados, preparam o presente Termo de Contrato, em 3 (três) vias de igual teor, para um só efeito, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes signatárias contratantes e por duas testemunhas, para que produza seus efeitos legais, comprometendo-se as partes, a cumprir e fazer cumprir o que ora é pactuado, em todas suas cláusulas e condições.
- (1ª Via: UG/FUSEx – 2ª Via: OCS/PSA Credenciada – 3ª Via: Seção de Auditoria do FUSEx)

Teresina-PI, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Pelo CONTRATANTE:**

**MARCELO PEREIRA LIMA DE CARVALHO - Coronel**  
Comandante e Ordenador de Despesas do 2º Batalhão de Engenharia de Construção  
CPF nº **981.073.997-49**

**Pelo CONTRATADO:**

\_\_\_\_\_  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXX

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CPF nºXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

\_\_\_\_\_  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CPF nºXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX